



[Handwritten signatures in blue ink, including initials and a name.]

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Anexo

31 Dezembro de 2016

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
1.1	Denominação da entidade	4
1.2	Sede social.....	4
1.3	Natureza da atividade	4
1.4	Denominação e sede social da entidade-mãe imediata	4
1.5	Denominação e sede social da entidade-mãe final	4
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
2.1	Referencial Contabilístico	4
2.2	Derrogações	5
2.3	Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	5
3.1	Principais politicas contabilísticas.....	5
3.1.1	Bases Gerais de Mensuração.....	5
3.1.1.1	Bases de Apresentação.....	5
3.1.1.2	Politicais de reconhecimento e Mensuração	7
3.1.2	Outras políticas contabilísticas	12
3.1.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	12
3.1.3	Principais fontes de incerteza das estimativas	12
3.2	Alterações nas politicas contabilísticas.....	12
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas.....	12
3.4	Correção de erros de períodos anteriores	12
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	13
5	Ativos Intangíveis	14
6	Inventários	15
7	Rendimentos e Gastos	15
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
9	Benefícios dos empregados	17
10	Acontecimentos após data de Balanço.....	17
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
12	Outras Divulgações	18

12.1 Outras contas a receber	18
12.2 Diferimentos	18
12.3 Outros Ativos Financeiros	18
12.4 Caixa e Depósitos Bancários	19
12.5 Fundos Patrimoniais.....	19
12.6 Fornecedores	19
12.7 Estado e Outros Entes Públicos.....	20
12.8 Outras Contas a Pagar.....	20
12.9 Subsídios, doações e legados à exploração	20
12.10 Fornecimentos e serviços externos	21
12.11 Outros rendimentos e ganhos	21
12.12 Outros gastos e perdas	21
12.13 Resultados Financeiros	22

1 Identificação da Entidade

1.1 Denominação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO – NIPC 503553573

1.2 Sede social

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7 4455-469 Perafita

1.3 Natureza da atividade

Entidade privada sem fins lucrativos, de cariz religioso e cujo objetivo é dar apoio social a crianças e idosos.

1.4 Denominação e sede social da entidade-mãe imediata

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe imediata.

1.5 Denominação e sede social da entidade-mãe final

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe final.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabiística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Códigos de Contas específico para as entidades do setor não lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo

2.2 Derrogações

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis

Nada a referir

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas de seguida:

3.1.1 Bases Gerais de Mensuração

3.1.1.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e

gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. J. Ferreira', with the number '5' written above it.

3.1.1.2 Políticas de reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 15 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles adviem benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição e correspondem às verbas pagas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) pelos novos contratos de trabalho. Estes valores servem para fazer face a eventuais indemnizações pagas aos trabalhadores.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Cientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Subsídios e apoios ao governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a receber.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

3.1.2 Outras políticas contabilísticas

Nada a referir

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Nada a referir

3.1.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

Nada a referir

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Nada a referir

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Nada a referir

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Nada a referir

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Edifícios e outras construções	2 773 396,61	14 508,01				2 787 904,62
Equipamento básico	350 918,98	6 986,55				357 905,53
Equipamento de transporte	62 695,90	22 804,24	23 443,50			62 056,64
Equipamento administrativo	105 606,61	32 731,59				138 338,20
Outros Ativos fixos tangíveis	18 764,74	4 682,08				23 446,82
Total	3 311 382,84	81 712,47	23 443,50	0,00	0,00	3 369 651,81
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	407 321,93	198 704,42				606 026,35
Equipamento básico	165 025,19	30 994,84				196 020,03
Equipamento de transporte	62 695,90	4 560,85	23 443,50			43 813,25
Equipamento administrativo	66 568,94	14 777,61				81 346,55
Outros Ativos fixos tangíveis	9 627,61	4 711,78				14 339,39
Total	711 239,57	253 749,50	23 443,50	0,00	0,00	941 545,57

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Edifícios e outras construções	287 991,25	46 778,11		2 438 627,25		2 773 396,61
Equipamento básico	141 038,09	4 119,20		205 761,69		350 918,98
Equipamento de transporte	62 695,90					62 695,90
Equipamento administrativo	55 795,22	24 434,06		25 377,33		105 606,61
Outros Ativos fixos tangíveis	2 733,74			16 031,00		18 764,74
Investimentos em Curso	2 591 122,80	94 674,47		-2 685 797,27		0,00
Total	3 141 377,00	170 005,84	0,00	0,00	0,00	3 311 382,84
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	209 895,33	197 426,60				407 321,93
Equipamento básico	126 430,66	38 594,53				165 025,19
Equipamento de transporte	62 695,90					62 695,90
Equipamento administrativo	54 407,97	12 160,97				66 568,94
Outros Ativos fixos tangíveis	2 562,69	7 064,92				9 627,61
Total	455 992,55	255 247,02	0,00	0,00	0,00	711 239,57

A Entidade detinha os seguintes ativos fixos atingíveis, adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2016			2015		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	39 252,40	39 252,40		39 252,40	39 252,40	
Total	39 252,40	39 252,40	0,00	39 252,40	39 252,40	0,00

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2016			2015		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	565,13	2,60	567,73	6 579,26	234,73	6 813,99
Total	565,13	2,60	567,73	6 579,26	234,73	6 813,99

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	8 716,01	789,66				9 505,67
Total	8 716,01	789,66	0,00	0,00	0,00	9 505,67
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	7 558,77	1 368,20				8 926,97
Total	7 558,77	1 368,20	0,00	0,00	0,00	8 926,97

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	4 925,96	3 790,05				8 716,01
Total	4 925,96	3 790,05	0,00	0,00	0,00	8 716,01
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	4 925,96	2 632,81				7 558,77
Total	4 925,96	0,00	0,00	0,00	0,00	7 558,77

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		3 059,58		3 059,58	
Total	0,00	3 059,58	0,00	3 059,58	0,00

Descrição	2015				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 475,10	20 746,46		23 221,56	
Total	2 475,10	20 746,46	0,00	23 221,56	0,00

7 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	947 667,44	458 504,79
Juros	2 526,35	9 691,02
Total	950 193,79	468 195,81

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo		
ISS, EP-Centro distrital	601 290,62	493 263,41
Outros subsídios	26 438,77	16 608,67
Total	627 729,39	509 872,08
Apoios do Governo		
Subsídio para a construção do lar de idosos POPH	1 204 624,72	1 325 568,52
Câmara Municipal de Matosinhos	531 541,60	581 856,16
Donativos particulares	132 964,89	143 192,97
Para outros investimentos:		
Câmara Municipal de Matosinhos	104 910,00	93 333,33
Total	1 974 041,21	2 143 950,98

Subsídios do Governo

Os subsídios à exploração registados nos exercícios de 2016 e 2015 respeitam aos montantes recebidos do instituto da segurança Social no âmbito da atividade social do CSPPAfp, em todas as suas valências, e encontram-se relevados como rendimentos do exercício (Nota 15.9).

Apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Governo, estão a ser reconhecidos como rendimentos na mesma proporção das amortizações registadas como gasto, dos bens tangíveis a que dizem respeito.

Os subsídios para outros investimentos, reconhecidos e recebidos em exercícios anteriores, respeitam a investimentos com a construção de armazém e de parque infantil e com a aquisição da viatura, que estão a ser reconhecidos em resultados do exercício em face da reintegração destes ativos fixos tangíveis.

Durante o exercício de 2016 foi recebido um subsídio da Câmara Municipal de Matosinhos no montante de 22.804,24€. Este montante foi aplicado na compra de uma viatura para transporte dos utentes. O rendimento está também a ser reconhecido em resultados, em harmonia com a reintegração do ativo.

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram, respetivamente de 4 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 70 e em 31/12/2015 foi de 51.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	639 626,19	493 071,08
Indemnizações	829,00	6 738,76
Encargos sobre as Remunerações	149 744,91	113 460,86
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 513,66	5 989,12
Outros Gastos com o Pessoal	39 096,65	31 131,78
Total	836 810,41	650 391,60

10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção em 29 de Março de 2017.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Devedores por acréscimos de rendimentos	35 538,07	35 544,14
Outros Devedores	28 590,76	8 279,95
Total	64 128,83	43 824,09

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 702,57	1 818,66
Outros gastos a reconhecer	519,72	30,75
Total	3 222,29	1 849,41

12.3 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2016	2015
BCP-Obrigações Subordinadas	8 538,06	8 441,80
Total	8 538,06	8 441,80

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	127,05	783,84
Depósitos à ordem	59 866,30	241 432,81
Depósitos a prazo	321 000,00	90 000,00
Total	380 993,35	332 216,65

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	144 396,50		70 438,21	73 958,29
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 144 647,98	22 804,24	192 714,01	1 974 738,21
Total	2 289 044,48	22 804,24	263 152,22	2 048 696,50

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	108 292,57	70 830,68
Total	108 292,57	70 830,68

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	223,36	1 591,22
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16 596,06	10 237,52
Total	16 819,42	11 828,74
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 863,22	653,56
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	3 722,83	3 599,50
Segurança Social	16 985,80	15 097,97
Total	22 571,85	19 351,03

Os montantes de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas referem-se às retenções na fonte sobre juros de depósitos bancários.

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outras operações		5,88		
Fornecedores de Investimentos		58 617,82		70 389,16
Credores por acréscimo de gastos		124 249,29		116 799,75
Outros credores		4 377,12		4 135,71
Total	0,00	187 250,11	0,00	191 324,62

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	601 290,62	493 263,41
Subsídios de outras entidades	26 438,77	16 608,67
Total	627 729,39	509 872,08

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	270 171,01	99 606,72
Serviços especializados	101 413,16	91 358,09
Materiais	52 829,93	20 441,60
Energia e fluidos	62 270,97	44 746,00
Deslocações, estadas e transportes	1 996,80	328,55
Serviços diversos	65 978,71	41 737,06
Encargos com utentes	3 886,15	9 936,04
Total	558 546,73	308 154,06

12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	63 965,97	25 607,28
Descontos de pronto pagamento obtidos	35,61	136,13
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 500,00	
Outros rendimentos e ganhos	205 184,57	201 561,05
Total	270 686,15	227 304,46

12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	1 094,62	978,83
Perdas em inventários		4 208,38
Outros Gastos e Perdas	12 787,91	16 674,02
Total	13 882,53	21 861,23

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	14 148,60	12 806,11
Multas e penalidades	462,50	
Outros gastos e perdas de financiamento	5,62	1 559,17
Total	14 616,72	14 365,28
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2 526,35	9 691,02
Total	2 526,35	9 691,02
Resultados Financeiros	-12 090,37	-4 674,26

PERAFITA, 29 de Março de 2017

O Contabilista Certificado

Fátima José Gomes Soanes

Fátima José Gomes Soanes
A Direcção

Manuela Pinto

Manuela Pinto
Fátima José Gomes Soanes

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2016

Contribuinte: 503553573
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 REG 2016	31 REG 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 428 106,24	2 600 143,27
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		578,70	1 157,24
Investimentos financeiros		3 618,95	1 216,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 432 303,89	2 602 517,04
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		16 819,42	11 828,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		64 128,83	43 824,09
Gastos a reconhecer		3 222,29	1 849,41
Outros activos financeiros		8 538,06	8 441,80
Caixa e depósitos bancários		380 993,35	332 216,65
		473 701,95	398 160,69
Total do ativo		2 906 005,84	3 000 677,73
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		73 958,29	144 396,50
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 974 738,21	2 144 647,98
Resultado líquido do período		2 048 696,50	2 289 044,48
Total dos fundos patrimoniais		166 575,66	-70 438,21
		2 215 272,16	2 218 606,27
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		317 533,20	452 380,95
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		317 533,20	452 380,95
Passivo corrente			
Fornecedores		108 292,57	70 830,68
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		22 571,85	19 351,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		55 085,95	48 184,18
Rendimentos a reconhecer		0,00	0,00
Outras contas a pagar		187 250,11	191 324,62
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		373 200,48	329 690,51
Total do passivo		690 733,68	782 071,46
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 906 005,84	3 000 677,73

A Direção

Contabilista Certificado

José Gomes Soares

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 503553573

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		947.667,44	458.504,79
Subsídios, doações e legados à exploração		627.729,39	509.872,08
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons		3.059,58	23.221,56
Fornecimentos e serviços externos		558.546,73	308.154,06
Gastos com o pessoal		836.810,41	650.391,60
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		270.686,15	227.304,46
Outros gastos		13.882,53	21.861,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		433.783,73	192.052,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		255.117,70	257.816,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		178.666,03	-65.763,95
Juros e rendimentos similares obtidos		2.526,35	9.691,02
Juros e gastos similares suportados		14.616,72	14.365,28
Resultados antes de impostos		166.575,66	-70.438,21
		0,00	0,00
Resultado líquido do período		166.575,66	-70.438,21

Anselmo de Souza Barroso

2 - 2 m - 5

*Anselmo Corrêa
John Mendes Andrade*

João José Gomes Soárez



2016
S
Janete

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Indíce

1. Identificação da Entidade	2
2. Síntese	2
3. Volume de negócios	3
4. Utentes	4
5. Eventos e atividades.....	5
6. Situação Contributiva	7
7. Pessoal.....	7
8. Investimentos	8
9. Financiamento	8
10. Gastos	9
11. Rendimentos	11
12. Resultados.....	13
13. Perspetivas para 2017	13
14. Agradecimentos	14



[Handwritten signatures]

1. Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ANGELO FERREIRA PINTO" é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 21/10/16, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, 4455-469 Perafita.

O Centro tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possui as seguintes respostas sociais:

Creche, Pré-escolar, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI).

2. Síntese

O ano de 2016, refletiu-se muito bom em termos de resultados para o Centro Padre Ângelo. A Instituição encontra-se em velocidade de cruzeiro, pelo primeiro ano depois de todo o esforço de gestão e financeiro desenvolvido pela Direção nos últimos 5 anos na criação da ERPI.

A capacidade da nova valência esteve durante todo o ano completamente utilizada, neste momento mantém lista de espera e é reconhecida pelo tipo de serviço que presta.

Na área da Infância, ao abrigo de uma preocupação constante da Instituição em reduzir os registos em papel, foi instalado um sistema informático de registo de presenças, pertences e número de refeições, desenvolvido pelo gestor de qualidade. Este sistema consiste na atribuição de um cartão magnético a cada familiar responsável pelo utente, obrigatório na entrada diária das crianças.



[Handwritten signature]

3. Volume de negócios

Em 2016, o volume de negócios duplicou com referência a 2015. A valência responsável pela subida, foi a ERPI que registou um aumento de 221% face ao ano anterior.

Contrariamente à tendência verificada no volume de negócios do Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto, a valência Creche II foi a única a registar uma redução relativamente a 2015, justificada pelo encerramento em agosto de 2015 de uma das salas.

Detalhe:

Área	2016	2015	Variação
Infância			
Creche I	65 338,75 €	56 368,05 €	15,91%
Creche II	32 480,00 €	37 522,62 €	-13,44%
Pré-escolar	101 585,50 €	92 681,57 €	9,61%
<i>Subtotal</i>	199 404,25 €	186 572,24 €	
Sénior			
Centro de dia	56 988,98 €	53 771,30 €	5,98%
Centro de Convívio	4 587,00 €	4 566,09 €	0,46%
ERPI	686 687,21 €	213 595,16 €	221,49%
<i>Subtotal</i>	748 263,19 €	271 932,55 €	
Total	947 667,44 €	458 504,79 €	106,69%



[Handwritten signature]

4. Utentes

O Centro Padre Ângelo prestou serviços no apoio à infância e à 3^a idade. A média anual de utentes foi de 250, um aumento de 9% comparativamente a 2015 em que a média se cifrava em 230. Para estes 250 utentes, existem acordos com a Segurança social para 218, repartidos como segue:

Área	Frequência média	Acordo	Capacidade
Infância			
Creche I	35	35	41
Creche II	28	28	35
Pré-escolar	71	75	75
<i>Subtotal</i>	134	138	151
Sénior			
Centro de dia	36	30	60
Centro de Convívio	20	20	20
ERPI	60	30	60
<i>Subtotal</i>	116	80	140
Total	250	218	291



Assinatura

5. Eventos e atividades

No decorrer do ano de 2016, cada uma das áreas organizou e desenvolveu várias atividades.

De entre as muitas atividades, destacam-se as seguintes:

Infância

Mês	Atividade
janeiro	Comemoração do dia de reis
fevereiro	Desfile de Carnaval
março	Comemoração do dia do pai
	Comemoração do dia da floresta
	Páscoa
abril	Comemoração do dia da mãe
	2º Congresso Nacional "Qualidade de Vida: Da Infância à 3ª Idade"
maio	Comemoração do dia da família
junho	Comemoração do dia da criança
	Festas de final do ano
	Passeio de final do ano
julho	Comemoração do dia dos avós
setembro	Comemoração do início do outono
outubro	Comemoração do dia da alimentação
	Comemoração do dia mundial da 3ª idade
novembro	Comemoração do São Martinho
dezembro	Festa de Natal



B
S
J
M

Sénior

Mês	Atividade
fevereiro	Comemoração do Carnaval
março	Comemoração do dia do pai
	Páscoa
abril	2º Congresso Nacional "Qualidade de Vida: Da Infância à 3ª Idade"
maio	Comemoração do dia da mãe
junho	Comemoração do São João
julho	Cocktail de comemoração do 1º aniversário da ERPI
	Deslocação ao Teatro Sá da Bandeira para assistir à peça de teatro "Velha é você"
	Comemoração do dia dos avós
outubro	Comemoração do São Martinho
	Dia do idoso
	Comemoração do Halloween
novembro	Dia de todos os Santos
dezembro	Festa de Natal

Breve referência ao 2º Congresso Nacional “Qualidade de Vida: Da Infância à 3ª Idade”

Pelo segundo ano consecutivo o Centro Padre Ângelo organizou um congresso.

Este 2º Congresso nacional foi dedicado às 2 áreas de intervenção do Centro Padre Ângelo, infância e 3ª Idade. Recorde-se que o 1º Congresso realizado em 2015, debatia apenas temas e problemáticas relacionadas com a área sénior.

Entre participantes, oradores, colaboradores e voluntários contamos com mais de 140 pessoas.

Esta atividade revelou-se muito gratificante, nos conhecimentos transmitidos, na divulgação do Centro Padre Ângelo e na motivação dos colaboradores que nela participaram.



S/ 5
JMA

6. Situação contributiva

O Centro Padre Ângelo tem a sua situação contributiva regularizada, quer perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, quer perante a Autoridade Tributária.

7. Pessoal

O Centro Padre Ângelo teve em média 70 funcionários pertencentes ao quadro de pessoal. Este número representa um aumento de 37% comparativamente aos 51 funcionários em 2015.

Para além desses, estiveram 9 pessoas integradas em programas subsidiados pelo instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). A bolsa ocupacional é comparticipada pelo IEFP em 50%, o subsídio de transporte, alimentação e seguro são encargo da Instituição.

Durante o ano frequentou o estágio emprego 1 pessoa. Este estágio teve início em novembro de 2015 e terminou em agosto de 2016.

Além dos 70 colaboradores, o Centro Padre Ângelo recorre a subcontratação de vários serviços externos, nomeadamente:

- Alimentação;
- Limpeza;
- Lavandaria;
- Medicina;
- Enfermagem;
- Fisioterapia;
- Podologia;
- Nutrição;
- Advocacia;
- Consultoria financeira.

Estes serviços, representam indiretamente cerca de 19 postos de trabalho.



8. Investimentos

Durante o ano de 2016, o montante de investimentos feito ascendeu a 81.712,47€

Rubrica	Montante
Edifícios e Outras Construções	14 508,01 €
Equipamento básico	6 986,55 €
Equipamento de transporte	22 804,24 €
Equipamento administrativo	32 731,59 €
Outros ativos fixos tangíveis	4 682,08 €
Total	81 712,47 €

Com exceção do equipamento de transporte, para o qual foi recebido um subsídio do Município de Matosinhos, todo o investimento foi feito com recursos próprios.

9. Financiamento

Em 2013, através de uma linha de crédito de apoio à economia social, foi contraído um empréstimo no montante de 500.000,00€. Este montante teve como finalidade complementar os apoios recebidos do Instituto da segurança Social e do Município de Matosinhos destinados à construção e apetrechamento do edifício destinado à nova valência ERPI.

Em maio de 2016, começaram a ser feitas amortizações a este financiamento que totalizaram o montante de 127.945,98€. Deste valor total, 90.000,00€ foram liquidados a título extraordinário dada a disponibilidade financeira existente.

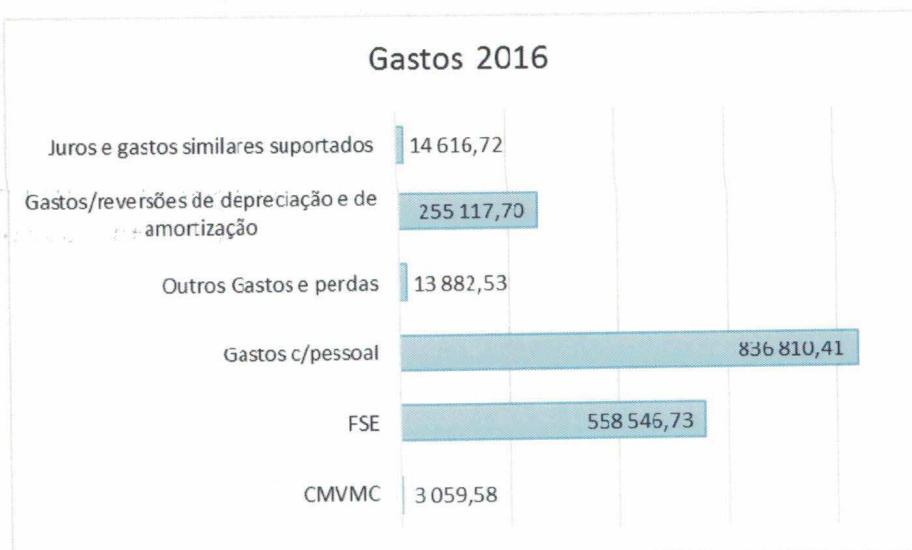


[Handwritten signature]

10. Gastos

As rubricas de gastos suportados pelo Centro Padre Ângelo ascenderam a cerca de 1.682.033,67€.

No que respeita à análise comparativa das rubricas de gastos com o período homólogo do exercício anterior, esta encontra-se prejudicada uma vez que a valência ERPI só prestou serviços durante o segundo semestre de 2015.

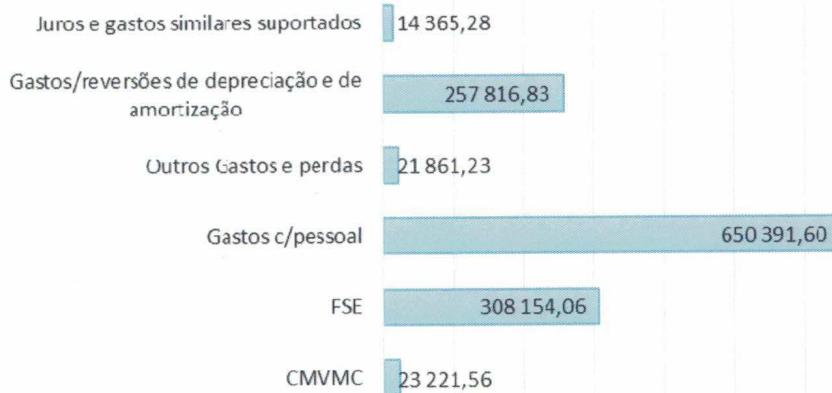


Relativamente à estrutura de gastos de 2016, a rubrica de gastos com pessoal demonstra a maior fatia no total, representando 50%, seguidos pelos gastos com fornecimentos e serviços externos na percentagem de 33 e dos gastos/reversões de depreciação e de amortização que representam 15%.



S
S
S
Janal
MM

Gastos 2015



À data de 31 dezembro de 2016, a estrutura de pessoal, decompunha-se da seguinte forma:

Categoria	Quantidade
Ajudante de Ação Direta	31
Ajudante de Ação Educativa	13
Ajudante de cozinha	4
Assistente Social	1
Contabilista Certificado	1
Cozinheiro	2
Diretora Técnica área Infância	1
Diretora Técnica área Séniior	1
Educadora de infância	6
Escriturário	4
Gestor da Qualidade	1
Psicólogo	1
Responsável Serv. Logística	1
Trab. Serviços Gerais	4
Total	71



No encerramento do exercício, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava os saldos e pesos percentuais, abaixo descritos:

Conta	Valor	%
Subcontratos	270 171,01 €	48,37%
Serviços especializados	101 413,16 €	18,16%
Materiais	52 829,93 €	9,46%
Energia e Fluídos	62 270,97 €	11,15%
Deslocações, estadas e transportes	1 996,80 €	0,36%
Serviços diversos	65 978,71 €	11,81%
Encargos com utentes	3 886,15 €	0,70%
Total	558 546,73 €	100,00%

11. Rendimentos

Tal como referido na Nota 10, no que respeita à análise comparativa das rubricas de rendimentos com o período homólogo do exercício anterior, esta encontra-se prejudicada uma vez que a valência ERPI só prestou serviços durante o segundo semestre de 2015.

Da análise aos rendimentos de 2016, verificam-se três rubricas com pesos significativos, a saber:

Vendas e serviços prestados – 51%

Subsídios, doações e legados à exploração – 34%

Outros rendimentos e ganhos – 15%

De ressalvar que se verifica em 2016, uma alteração no peso relativo das 2 principais rubricas de rendimentos.

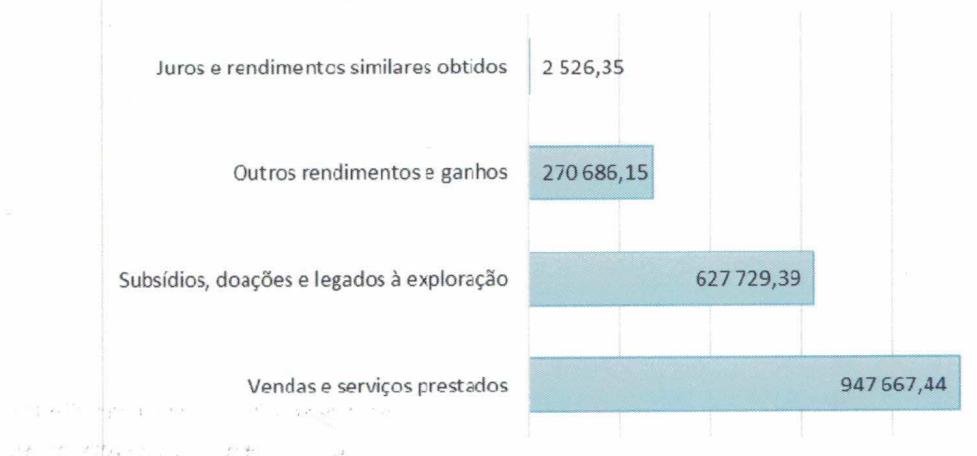
No ano de 2015, a rubrica de Subsídios, doações e legados à exploração, representava 42% sobre o total de rendimentos e as vendas e serviços prestados 38%. No ano de 2016 inverteu-se a tendência passando as vendas e prestações de serviços a ocupar o 1º lugar.

De referir que foram reconhecidos em 2016, como rendimento, 182.485,93€ relativos a subsídios ao investimento recebidos. Em contrapartida, foi reconhecido como gasto o valor de 227.405,62€ correspondente às reintegrações associadas.

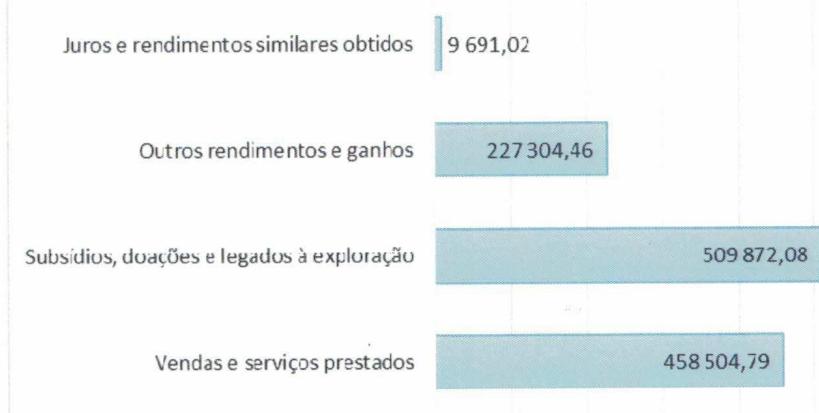


*B
5
Janer*

Rendimentos 2016



Rendimentos 2015





✓ Jan
M

12. Resultados

O resultado líquido do ano de 2016 foi positivo no montante de 166.575,66€ (Cento sessenta seis mil, quinhentos setenta e cinco euros e sessenta e seis céntimos), que propomos a sua transferência para resultados transitados.

13. Perspetivas para 2017

Para o ano de 2017, prevê-se a continuidade das operações em todas as valências, de forma que os compromissos assumidos e os que se possam vir a ser assumidos estejam garantidos.

Será de realçar o pedido de alargamento da ERPI feito ao Instituto da Segurança Social, cujo parecer técnico foi positivo, estando apenas a aguardar o fecho a nível nacional do programa POPH, pois no âmbito deste programa o n/processo individual está concluído/encerrado.

O segundo semestre do ano deverá ser caracterizado pelos seguintes investimentos:

- Substituição de toda a caixilharia existentes (de madeira) nos edifícios antigos por caixilharia PVC com vidros duplos, com consequente redução da fatura energética e alteração da classificação energética para A;
- Instalação de painéis fotovoltaicos para produção de energia com consequente redução da fatura energética atual;
- Transformação de espaço aberto (cerca 800 m²) em espaço fechado, polivalente para utilização das diversas atividades do Centro assim como de apoio às atividades da Comunidade.



14. Agradecimentos

Aos nossos utentes, o nosso agradecimento pela confiança depositada e o compromisso contínuo de dedicação à causa social.

À Autarquia, pelos apoios concedidos.

Aos nossos colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do Centro Padre Ângelo.

Perafita, 29 de março de 2017

Assinatura de José António de Sousa Barros

A DIREÇÃO

Presidente – Sr. Padre José António de Sousa Barros

José António de Sousa Barros

Vice-Presidente – Sr. Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Secretário – Dr. José Luís Cortês da Cunha Leão

José Luís Cortês da Cunha Leão

Tesoureiro – Dr José Anselmo Rodrigues da Costa

José Anselmo Rodrigues da Costa

Vogal – Sr. Jorge Manuel do Prado Pereira

Jorge Manuel do Prado Pereira

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

14

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7
4455-469 Perafita

NIF: 503553573 – Publicação em Diário da República